

Projeto do IKEA para o Algarve entra hoje em fase de consulta pública

O estudo de impacte ambiental do projeto de uma loja de mobiliário e decoração IKEA e de um complexo comercial em Loulé entrou hoje em consulta pública, segundo informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

“De acordo com os conhecimentos técnico-científicos atuais não se identificam impactes ambientais ou sociais que levantem dúvidas sobre a sustentabilidade do projeto ou que possam condicionar significativamente a sua implementação”, lê-se nas conclusões do resumo não-técnico do estudo de impacte ambiental em consulta até 27 de maio.

A empresa IKEA Portugal tem vindo a desenvolver esforços para a construção do projeto, cujas projeções iniciais apontavam para a abertura da loja da marca já em 2014, mas que tem vindo a sofrer atrasos e a contestação de várias associações empresariais da região.

Os responsáveis pelo estudo consideram que “os impactes negativos identificados não serão, no seu conjunto, significativos e prevê-se que o projeto possa proporcionar, sobretudo na área socioeconómica, benefícios importantes”.

A maioria dos impactes negativos do projeto foi avaliada como “de reduzido significado”, sublinhando o estudo que os mais significativos estão relacionados com o período de construção, “designadamente os que decorrerão da modificação e desfiguração visual da paisagem e dos incómodos e degradações ambientais que se verificarão” e que justificam a adoção de medidas de minimização.

Estão previstos trabalhos para a regularização da rede hidrográfica local que contemplam uma transferência de caudais da bacia da Ribeira do Biogal para a de S. Lourenço, que segundo o relatório vai “reverter uma situação que terá tido origem aquando da construção da A22”.

O estudo indica que na fase de construção da loja IKEA deverão ser criados cerca 2.800 postos de trabalho diretos e indiretos e que na fase de funcionamento a loja deverá permitir a criação de cerca de 1.700 postos de trabalho diretos e indiretos.

Para o complexo comercial, composto por um centro comercial tradicional e um centro de comércio especializado, estima-se que sejam criados 9.900 postos de trabalho, diretos e indiretos, na fase de construção, e cerca de 11.500 postos de trabalho, diretos e indiretos, na fase de funcionamento.

O resumo não técnico, que a Lusa consultou, explica que os responsáveis pretendem que o projeto se afirme como um importante complexo comercial de nível regional que irá servir o Algarve, o Baixo Alentejo e ainda parte do sul de Espanha.

O projeto está projetado para um conjunto de quatro lotes localizados no concelho de Loulé, que totalizam uma área de 242.353 metros quadrados, estando 81.337 metros quadrados reservados para uma área verde de proteção e enquadramento e as obras para os acessos abrangem terrenos do concelho de Faro.

A loja IKEA está projetada para um edifício de dois pisos, implantada numa área com cerca de 21.300 metros quadrados e com estacionamento semienterrado com capacidade para 850 veículos ligeiros, estando também previstos 400 lugares de estacionamento no exterior.

De acordo com o resumo da avaliação, a área comercial vai ficar localizada noutra lote onde será construído um centro comercial tradicional, com 195 lojas, e um centro comercial especializado, com 125 lojas, a par de uma área de estacionamento exterior para 1.819 veículos e estacionamento subterrâneo para 847 veículos ligeiros.

Além da construção da loja IKEA e da área comercial, o projeto contempla ainda os espaços de apoio, como as zonas de armazéns, áreas administrativas e a área de vestiários e instalações sanitárias para os funcionários.

O mesmo documento esclarece que ainda não estão definidas as exatas utilizações de dois lotes, “prevendo-se uma tipologia de unidades comerciais isoladas”.

A criação de acessos vai obrigar à construção de um anel viário com cinco rotundas.

Os responsáveis pelo projeto, IKEA Portugal – Móveis e Decoração e Inter Ikea Center Portugal preveem que a construção de todas as unidades comerciais, estruturas de apoio e acessibilidades fiquem prontas em dois anos após o início das obras.



O licenciamento só poderá ser emitido pelas câmaras de Loulé e de Faro após uma declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável, que deverá ser emitida até 08 de julho.

.diariOnline RS com Lusa

16:10 terça-feira, 29 abril 2014